

UFV – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MICHAEL LÁZARO PEDROZO DA SILVA

**A POLÍTICA DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA DOS BRICS EM
CONSONÂNCIA COM OS INTERESSES DOS CIENTISTAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA ZONA DA MATA MINEIRA.**

VIÇOSA/ MG

2020

MICHAEL LÁZARO PEDROZO DA SILVA

**A POLÍTICA DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA DOS BRICS EM
CONSONÂNCIA COM OS INTERESSES DOS CIENTISTAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA ZONA DA MATA MINEIRA.**

Artigo publicado para ser utilizado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, como exigência da disciplina CIS 454 -Trabalho de conclusão de curso II e como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Daniela Alves de Alves

VIÇOSA/MG

2020

A POLÍTICA DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA DOS BRICS EM CONSONÂNCIA COM OS INTERESSES DOS CIENTISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA ZONA DA MATA MINEIRA.

Resumo

A pesquisa tinha como objetivo inicial compreender a formação de redes internacionais de pesquisa no âmbito do programa internacional de pós-graduação “Universidade em Rede” dos BRICS, através do acompanhamento dos pesquisadores de uma Universidade da Zona da Mata que participavam do programa. Buscava-se entender as hierarquias entre laboratórios, os tipos de dificuldades e as disparidades culturais que poderiam ocasionar os desafios dos pesquisadores em internacionalizar o seu conhecimento. No entanto, a mudança no governo executivo federal levou o Brasil a se desligar do programa da “Universidade em Rede”. A pesquisa passou, assim, a analisar os motivos e os efeitos do término do programa.

Palavras chaves: Cooperação Norte-Sul, Cooperação Sul-Sul, Governo, Internacionalização do conhecimento, Universidade em Rede

Abstract

This research had as its initial aim to understand the formation of international research networks at the international postgraduate level of the University of BRICS, through the follow-up of the researchers at a university located in the Zona da Mata that participated in the program. It was sought to understand hierarchies in laboratories, the types of difficulties and the differences in relation to the role of researchers in internationalizing their knowledge. However, the change in the federal executive government led Brazil to withdraw from the “Network University” program. The research then, began to analyze the reasons and effects of the program termination.

Keywords: Government, Internationalization of Knowledge, Network University, North-South Cooperation, South-South Cooperation.

Introdução

Universidade em Rede (NU) é um programa internacional de cooperação educacional entre os países, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS)¹. Com a ascensão deste bloco econômico começaram as discussões sobre troca de tecnologia e produção de conhecimento conjunto entre estes países. Os diálogos iniciados em 2013 culminaram no edital do programa NU pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2015 proposto pelo então Ministro da Educação Aloizio Mercadante.

A Universidade da Zona da Mata mineira (doravante universidade Y) reuniu três programas de pós-graduação com a classificação 7 pela CAPES, das seguintes áreas, engenharia florestal, engenharia agrária e fitotecnia, e, abarcando essas três áreas, criou um novo projeto de pós-graduação com viés em energia, foi aprovada pelo edital do CAPES para participar do programa da Universidade em Rede do BRICS.

Desse modo, o objetivo da pesquisa era acompanhar esse programa através do acompanhamento da atividade dos pesquisadores da universidade Y, a fim de responder a seguinte pergunta; Através da cooperação científica estabelecida pelos países membros dos BRICS, como se dava a internacionalização do conhecimento neste programa? O objetivo principal foi compreender as dificuldades dos pesquisadores em internacionalizar seus conhecimentos, bem como verificar a formação de hierarquias entre laboratórios.

No entanto, em 2016 a crise política que acarretou impedimento do governo da então presidente Dilma Rousseff, teve como uma de suas consequências a descontinuidade do programa universidade em rede do BRICS, com a mudança no governo executivo federal verificou-se a retirada da participação brasileira do NU. Com este acontecimento, passamos a investigar os motivos da descontinuidade do programa em âmbito local² e nacional³.

Como este programa possui uma dimensão internacional e foi um projeto inserido na agenda internacional em busca do desenvolvimento científico, inclusive com importante apoio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a pesquisa

¹ Agrupamento de países de mercado emergente

² Equipe do programa de bioenergia da universidade da zona da mata

³ Programa da Universidade em Rede promovido pelo governo Federal

procurou indagar as formas de cooperação educacional e os imbricamentos com os interesses dos pesquisadores brasileiros em internacionalizar seus conhecimentos.

No decorrer da pesquisa deparamos com a política de Cooperação Internacional do Desenvolvimento (CID), Desse modo fizemos uma análise bibliográfica de autores que tratam dessa temática, isto nos levou a conhecer dois conceitos importantes que relacionam-se com essa política.

O primeiro é a Cooperação Norte-Sul (CNS), é uma cooperação onde os países desenvolvidos, na teoria, levam o desenvolvimento econômico e tecnológico para os países em desenvolvimento e o segundo é a Cooperação Sul-Sul (CSS), que consiste em uma cooperação entre os países em desenvolvimento, em busca de autonomia e independência dos países desenvolvidos. No segundo tipo de cooperação compreende-se as relações de pesquisa observadas neste artigo.

Para entender os interesses dos pesquisadores da universidade Y, foram realizadas (em 2016) entrevistas semiestruturadas com o coordenador do programa e com o representante dos assuntos de relações internacionais da universidade Y (nomes dos entrevistados serão fictícios). Com o desligamento do Brasil do programa entrevistamos em 2018, novamente, o representante de relações internacionais. Tentamos o contato com o coordenador do programa, mas não tivemos o retorno. Também fizemos uma análise documental da agenda do ex-ministro da Educação Aloísio Mercadante (do governo Dilma Rousseff) com o ex-ministro Mendonça Filho (do governo Michel Temer) no período de 2013 a 2018, a fim de compreender o desligamento, outra fonte de dados foi a revisão dos relatórios de prestação de contas de ações internacionais da universidade Y dos anos 2010 -2016.

A primeira parte do artigo consiste em uma análise histórica do surgimento dos conceitos CNS e CSS pontuando os objetivos da política da CID. Já na Segunda parte trataremos do surgimento do grupo BRICS e a identificação e de suas ambições no aumento de participação em fóruns internacionais e seu desdobramento gerando a criação programa do NU. Logo em seguida, pontuamos as dificuldades da formalização do programa entre os pesquisadores brasileiros com os pesquisadores estrangeiros e, por fim, teceremos possibilidades sobre o desligamento brasileiro a partir dos dados analisados.

Breve contextualização das cooperações Norte-Sul (CNS) e Sul-Sul (CSS)

A cooperação Norte-Sul (CNS) surge do contexto de polarização ideológica do pós-guerra (segunda guerra mundial), a política internacional de cooperação para o desenvolvimento (CID) promovida pelos EUA, através do plano Marshall, que acabou por fazer deste uma liderança do grupo capitalista.

De acordo Kleming (2014, p.19) no contexto do pós-guerra houve o apogeu da influência econômica norte americana sobre os países europeus, tendo como principais preocupações a “reconstrução da Europa, a manutenção da paz e da segurança mundial”. Essas preocupações levaram à criação do Plano Marshall e de uma instituição de auxílio para a recuperação econômica da Europa, conhecida como Organização Europeia para a Cooperação Econômica (OECE).

A função da OECE, que surgiu em 1948, era gerir os recursos do Plano Marshall para a recuperação da economia dos países europeus que sofriam as consequências da guerra. Os 13 bilhões de dólares que foram disponibilizados possibilitaram a capacitação de pessoas na área científica e de tecnologia, e também na criação de sistema para retomada do comércio, possibilitando a estabilidade desses países (KLEMING, 2014).

Segundo Denis Pinto (2000), a OECE serviu bem ao seu propósito, já que as 18 potências europeias foram reconstruídas. Então, em 1961, a OECE torna-se Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico CAD/OCDE, possuindo “vocação” para ser “internacional”, sendo um foro de “consulta e coordenação entre países membros”, dedicando-se a solidificar o modelo econômico liberal, “em complementação ao instrumental de outras organizações econômicas criadas em Bretton Woods – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT)” (PINTO, 2000, p.18). Esse conjunto são de agências internacionais multilaterais.

As potências europeias notaram que as conquistas de reconstrução do plano marshall no pós-guerra estavam dependentes de um processo de desenvolvimento no âmbito global. Este processo poderia assegurar estabilidade crescente das suas economias e consolidar o modelo

econômico liberal de mercado (PINTO, 2000). Os países membros da CAD/OCDE “passaram a ser conhecidos como doadores tradicionais, enquanto os países do chamado terceiro mundo – mesmo sendo um grupamento altamente heterogêneo – eram identificados como recipiendários” (SOUZA, 2014, p.11). Nesse sentido, a política de cooperação internacional para o desenvolvimento promovida por esses países funcionava hierarquicamente já que as posições de poder e os fluxos financeiros estavam desigualmente estabelecidos.

Entretanto, a CAD/OCDE não foi a única instituição a promover o desenvolvimento em países considerados de terceiro mundo. No fim da Segunda Guerra Mundial o mundo estava em um momento crítico e necessitava resolver suas fragilidades, “estabelecer normas, discursos, práticas, agendas e comportamentos de atores definidos de maneira mais organizada, regular e previsível” (MILANI, 2014, p.33). A institucionalização da Cooperação Internacional do Desenvolvimento (CID) poderia solucionar essas emergências.

Assim, em 1945, foi criada a primeira instituição intergovernamental, a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de promover a cooperação internacional. Depois, foram criados os órgãos que a compõem. Coube ao presidente dos EUA, Harry Truman, formalizar a política de cooperação internacional para o desenvolvimento. Em seu discurso de posse em 1946, o presidente utiliza os termos “subdesenvolvidos” para identificar os países ausentes de tecnologia e de industrialização, e “desenvolvidos” para diferenciar os EUA e as potências econômicas europeias. Kleming (2014) recorre aos estudos de Gilbert Rist (2008), que explica os termos usados por Truman.

Rist explica que esta foi a primeira vez que o adjetivo “subdesenvolvidas”, que aparece no início do texto, foi usado em um texto de grande circulação como sinônimo de regiões economicamente atrasadas. Essa “inovação terminológica” alterou o sentido do desenvolvimento ao relacioná-lo de um novo modo ao subdesenvolvimento. O aparecimento do termo subdesenvolvimento no texto evocou a ideia de mudança em direção a um estágio final e a possibilidade de promover tal mudança.

A ideia de desenvolvimento passou a ter um significado transitivo (uma ação executada por um agente em relação a outro), o que correspondeu a um princípio de organização social, enquanto o subdesenvolvimento passou a ser uma ocorrência natural (aparentemente sem causa) do estado das coisas. Rist acrescenta que essas mudanças não foram somente semânticas, pois elas alteraram o modo como o mundo era visto. Até então, as relações Norte-Sul tinham sido organizadas largamente de acordo com a oposição entre

colonizador e colonizado. A nova dicotomia entre desenvolvidos e subdesenvolvidos foi apresentada de forma distinta. No lugar da subordinação da colônia à metrópole, cada Estado era agora igual em direitos, mesmo que não fosse ainda de fato (KLEMING, 2014, p.22).

Neste contexto o subdesenvolvimento se trata de um estágio incompleto, como se fosse uma fase embrionária, o qual não possui uma característica de oposição ao desenvolvimento. “Uma aceleração do crescimento era tida como o único caminho lógico para superar o subdesenvolvimento” (KLEMING, 2014, p.23). A palavra desenvolvimento ganhou força, propondo que os avanços científicos e os progressos industriais deveriam fazer parte das áreas subdesenvolvidas do mundo (ULLRICH, CARRION, 2012).

O mundo sempre foi dividido por pares dicotômicos para uma construção de contexto, gerando representações que eram conceituadas pelos seguintes termos: nações civilizadas e selvagens, países modernos e atrasados, países de primeiro e de terceiro mundo, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, criando a “semântica da diferença” (PINHEIRO, 2014). Os pares dicotômicos fazem distinção dos países ricos e países pobres, isto é, são capazes de fazer representações geográficas que sinalizam a presença e “ausência de prosperidade” (PINHEIRO, 2014).

A lógica da “semântica da diferença”, utilizada pelo presidente Truman, causou o efeito desejado, de definir quais são os países que precisam da cooperação internacional. Consequentemente, demonstrando o poder de uma nova força econômica hegemônica que acaba por imprimir seus termos econômicos e ideológicos.

Milani (2014) aponta que além das agências internacionais multilaterais, os países doadores criavam suas próprias agências bilaterais. Estas organizações bilaterais e multilaterais acabaram por gerar um novo tipo de divisão de trabalho onde as primeiras teriam as funções de oferecer assistência técnica e ajudas orçamentárias, enquanto as agências multilaterais teriam a tarefa de apoiar e gerir a implantação de projetos. Desse modo, consolidou-se a Cooperação Norte-Sul, pautada em uma relação verticalizada: “exógena”, que é imposta de fora; “unilateral”, em que somente uma parte decide; e “parcial”, “o problema a ser resolvido decorre de fatores inerentes e intrínsecos ao país que recebe a ajuda” (ULLRICH, CARRION, 2012, p.8).

A Cooperação Norte-Sul possui conceitos e a diretrizes definidos pela Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), por exemplo a imposição de condicionalidades, tais como boa governança, apreço pela democracia, aplicação dos direitos humanos, preservação dos direitos ambientais (este foi incorporado depois), dentre outros (PINO, 2014). A função da CID seria a de proporcionar meios para reduzir as diferenças entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, estipulando uma expectativa de crescimento de 5% para os países recipiendários. Alguns países em desenvolvimento alcançaram essa meta, porém, não significou uma melhora na qualidade de vida das pessoas destes países (KLEMING, 2014). Na prática, a política anticomunista foi prioritária.

A legitimação da CID se sustentou em uma política anticomunista orquestrada nos meios de comunicação e nos setores governamentais, junto aos segmentos empresariais, às forças armadas e às classes médias” (MILANI, 2014, p.35).

Segundo Ullrich e Carrion (2012), os modelos de desenvolvimento dos países doadores não foram eficientes para resolver os problemas estruturais dos países subdesenvolvidos. Os países recipiendários passaram a ter consciência disto. Ora, o desenvolvimento proposto tem laços estreitos com a democracia liberal e o livre mercado. Logo, é o mercado que regula as relações sociais e econômicas, formando assim, um mecanismo estrutural de poder que privilegiava os países doadores no poder de decisão na ordem econômica internacional. Consequentemente, os países recipiendários, descontentes com essa realidade, buscaram mecanismos para promover a cooperação internacional entre si, conceitualizado pelo termo Cooperação Sul-Sul (CSS).

Para Pino (2014) o descontentamento dos países recipiendários com o modelo de Cooperação Norte-Sul, propulsionaram um novo modelo de desenvolvimento, mais autônomo e independente através da Cooperação Sul-Sul. Houveram também questões como a conferência de Bretton Woods⁴ em 1954, em que a ordem econômica internacional ao ganhar forma, deixaram os países subdesenvolvidos à margem de suas ações. Podendo se pensar que:

⁴ A conferência Bretton Woods discutiu as estratégias para reconstrução do sistema monetário internacional no período pós segunda guerra mundial

Como reação a esta exclusão, estes países – numericamente superiores no seio da Assembleia Geral da ONU – conseguiram introduzir o tema do desenvolvimento na agenda internacional e, nos anos 1950, arrancaram a concessão das potências ocidentais para criar o Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNFED). O fundo destinaria recursos dos países ricos a diferentes projetos de infraestrutura em países pobres (PINO, 2014, p.59)

Segundo Pino (2014), os países recipiendários fomentaram críticas à ajuda ao desenvolvimento, considerando um disfarce para os problemas estruturais. Coube a estes países aumentarem seu poder de articulação, assim, obtendo alguns resultados relevantes. Exemplo disto foi a revisão do conceito de “assistência técnica”, em 1950, substituído para o de “cooperação técnica”. Dessa maneira, “retomou o ideal de uma relação em bases mais equitativas, ao dotar o termo de significado que pressupunha a existência de países mais e menos desenvolvidos que interagiam em uma relação de intercâmbios e interesses mútuos” (PINO, 2014, p.59).

O marco importante para consolidar a Cooperação Sul-Sul foi a conferência de Bandung em 1955, promovida pelos países Indonésia, Birmânia, Ceilão, Índia e Paquistão, em que estiveram presentes 29 países que representavam a metade da população mundial.

A dinâmica de aproximação entre Índia e China e o bom clima político entre países em desenvolvimento estenderam-se a outras nações asiáticas, nas margens que a Guerra Fria oferecia. Este processo culminou na primeira fase, na Conferência de Bandung, momento fundacional da solidariedade entre os países em desenvolvimento. As relações Sul-Sul foram consideradas, ao mesmo tempo, como instrumento e objetivo compartilhado que devia propiciar o diálogo político e a articulação entre países em desenvolvimento, com a finalidade de ganhar peso nas organizações internacionais e reduzir as assimetrias do sistema econômico mundial (PINO, 2014, p.60).

Bandung buscava criar uma agenda independente da Cooperação Norte-Sul. No intuito de promover o desenvolvimento e o progresso de forma independente, coube aos países subdesenvolvidos identificar suas demandas e assim direcionar a cooperação para atender as demandas reconhecidas. Desse modo, possibilitando uma nova estrutura internacional de poder que se opõe a arquitetura de poder hegemônico vigente, deslocando-se para uma realidade

autônoma. (PINHEIRO, 2014). Na conferência em Bandung, foram acordados dez princípios⁵ para guiar a Cooperação Sul-Sul. Estes são:

1. Respeito aos direitos fundamentais;
2. Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações;
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas;
4. Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos de outro país - (Autodeterminação dos povos);
5. Respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente;
6. Recusa na participação dos preparativos da defesa coletiva destinada para servir aos interesses particulares das superpotências;
7. Abstenção de todo ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país;
8. Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitradas por tribunais internacionais);
9. Estímulo aos interesses mútuos de cooperação;
10. Respeito pela justiça e obrigações internacionais.

Além disso, de acordo com Pino (2014), foram apresentadas algumas medidas para dar mais peso e influência política, ocasionando a criação do “Fundo Especial de Desenvolvimento Econômico ou da Corporação Internacional de Finanças”, formalizando uma cooperação solidária com o objetivo de atingir uma ascensão “econômico-social independente”.

Para isto, o intercâmbio horizontal de especialistas, a assistência técnica, a perícia tecnológica e o estabelecimento de instituições regionais de pesquisa e capacitação poderiam ser bons instrumentos (...).

Influenciou as mentalidades das elites dos países em desenvolvimento, no sentido de superar suas diferenças e avançar na cooperação política entre sociedades com características similares que se localizavam na periferia do sistema internacional. Sua importância política pode resumir-se à associação de um grupo de países jovens que buscavam caminhos alternativos para sua inserção independente e autônoma no mundo da Guerra Fria, a partir da

⁵ Disponível em: <http://www.diario-universal.com/2007/04/aconteceu/conferencia-de-bandung/> .Acesso em 12 jul. de 2018.

identificação de interesses mútuos e do rechaço ao colonialismo e a suas manifestações econômicas, políticas e intelectuais. (PINO, 2014, p.61).

A conferência de Bandung despertou o desejo de independência nos países subdesenvolvidos, promovendo mais encontros e acordos multilaterais e bilaterais. Exemplo disso é o que ocorreu em 1961: a formação do Movimento dos países Não Alinhados (MNA), que decidiram se manter neutros diante do mundo bipolar.

Segundo Pinheiro (2014), a Cooperação Sul-Sul não é somente um grupo de países com problemas similares que procuram o desenvolvimento, independente dos países do Norte, mas se articulam politicamente sendo protagonistas para alterar a ordem econômica mundial.

Um bom exemplo foram as iniciativas da OPEP na década de 70 para aumentar os preços do petróleo e o êxito obtido nisto. Circunstancialmente, provocou uma alternância significativa na balança do poder global. Esse movimento possuía característica política, pois buscava inspirar a valorização dos preços das commodities, assim, possibilitando mais protagonismo político das periferias econômicas (PINHEIRO, 2014). O cenário provocado pela Cooperação Sul-Sul estava “distanciando-se de uma forma eufemizada da pobreza para uma gramática das estruturas de poder, configurando um mundo multipolar” (PINHEIRO, 2014, p.187).

Pino (2014) aponta que a cooperação para o desenvolvimento iniciou na década 1950, intensificou na década seguinte e chegou no seu ápice nos anos 70. No entanto, nos anos 80 e 90, houve uma grande crise na economia dos países periféricos, ou países em desenvolvimento, como é denominado pelo autor, fazendo com que as cooperações decaíssem. Entretanto, as economias desses países ascenderam a partir do segundo milênio, ocasionando o um retorno à cooperação Sul-Sul.

Souza (2014) acrescenta que nas últimas décadas os países em desenvolvimento são recipiendários e doadores, ou doadores emergentes (como são reconhecidos pelos doadores tradicionais). Dessa maneira buscam mais espaço de influência na política internacional com novas formações de cooperações bilaterais e multilaterais. Exemplo é a cooperação multilateral formada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

BRICS: além de uma profecia de ascensão econômica.

Em 2001, foi publicado por Jim O'Neill, pesquisador de economia global do grupo financeiro Goldman Sachs, o paper N°66 "*building better global economic BRICs*". Neste paper, o economista introduziu o termo BRIC's no mundo. O economista "procurou criar uma categoria na qual pudesse inserir os países de grande território e em rápido desenvolvimento que ele considerou que seriam instrumentais para a atual transformação econômica global" (STUENKEL,2017, p.15). Os países que se enquadram nessa categoria são: Brasil, Rússia, Índia e China. Sobre esta questão é também colocado que:

O território extenso e passível de exploração econômica implica a possibilidade de ocorrência de maior variedade de recursos minerais, de maior biodiversidade, de produção agrícola diversificada, de maior necessidade de pesquisa e atividade espacial, de telecomunicações e aeronáutica, áreas de ponta do desenvolvimento tecnológico e econômico. Estas potencialidades, caso exploradas, acarretam menor dependência (da sociedade em território extenso) em relação ao abastecimento externo de energia, de alimentos e de insumos industriais. Uma menor dependência, agregada à maior importância relativa do mercado interno, pode reduzir não só a vulnerabilidade do sistema econômico a choques externos, mas também sua vulnerabilidade a pressões políticas e militares exógenas (GUIMARÃES, 1998, p. 111).

Segundo Stuenkel (2017), O'Neill arquitetou um grupo se baseando nos indicadores econômicos, nas taxas do crescimento do PIB, no tamanho populacional e no PIB per capita, porém, sem considerar os aspectos políticos. O'Neill previu que nos últimos dez anos haveria um crescimento considerável nos países que compõem o grupo dos BRICs no PIB mundial. Assim, levantaria questões sobre o impacto econômico global das políticas fiscais e monetárias dos BRICs. Entretanto, o economista não imaginou o desdobramento político entre o grupo.

De acordo Stuenkel (2017) os países alinhados com o bloco convergiam no mesmo descontentamento em relação à distribuição de poder no FMI e no Banco Mundial. Devido a ordem mundial cada vez mais multipolar, os BRICs podiam fazer maior pressão para reformar as estruturas financeiras globais. Desse modo, os BRICs avançavam no sentido de definirem-se enquanto uma entidade política em assuntos globais.

A crise mundial de 2008 deu visibilidade para os países pertencentes ao bloco, pois foram mais capazes de superar a crise em comparação com as potências econômicas. "Um

centro enfraquecido e as periferias prósperas, permitiu que os países dos BRICs se posicionasse com os novos pilares de estabilidade econômica internacional” (STUENKEL, 2017, p.51).

Os BRICs se tornaram um grupo de força econômica em crescimento, que ao reunirem-se desenvolveram uma resistência contra o poder hegemônico dos grandes centros econômicos. Segundo Stuenkel (2017) os países emergentes eram convidados de forma simbólica para os eventos internacionais, organizados pelos países de centro, mas não participavam das decisões. O autor destaca a fala do ex-presidente Lula⁶ referindo-se a participação de poder político, que disse: “Não queremos ser convidados para comer somente a sobremesa, mas para participar do almoço e do café da manhã”.

O bloco dos BRICs comprovou seu caráter político quando recebeu a África do Sul como outra integrante do bloco. Conseqüentemente, houve uma transformação do acrônimo BRICs para o BRICS. Jim O’neill criticou a inserção da África do Sul no bloco, pois esperava outras potências econômicas emergentes para se integrar no grupo, como México e Indonésia. No entanto, a entrada da África do Sul sinaliza o aspecto político do grupo, destoando de um viés somente econômico. A África do Sul é uma líder continental, a sua inserção no bloco significa que outros países do continente africano abriram as portas para cooperações bilaterais com países pertencentes ao BRICS (STUENKEL, 2017).

Segundo Stuenkel (2017), a criação dos BRICS, “simbolizou a disposição cada vez maior das potências emergentes em explorar o que tinham em comum entre si, bem como sua área de cooperação” (STUENKEL, 2017, p.23). Nas diretrizes da cooperação dos BRICS destaca-se o desenvolvimento humanitário, energético, científico e tecnológico (*Joint Statement of the BRIC Countries’ Leaders 2009*)⁷:

9. Apoiamos a cooperação internacional no campo da eficiência energética. Estamos prontos para um diálogo construtivo sobre como lidar com as mudanças climáticas com base no princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada, dada a necessidade de combinar medidas para proteger o clima

⁶ Exerceu o cargo de presidente do Brasil no período de 2002 a 2010.

⁷ Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/209>. Acesso: 23-01-2018

com medidas para cumprir nossas tarefas de desenvolvimento socioeconômico⁸.

10. Reafirmamos o fortalecimento da cooperação entre nossos países em áreas socialmente vitais e o fortalecimento dos esforços para o fornecimento de assistência humanitária internacional e para a redução dos riscos de desastres naturais. Tomamos nota da declaração sobre segurança alimentar global publicada hoje como uma importante contribuição dos países do BRIC aos esforços multilaterais para estabelecer as condições sustentáveis para esse objetivo⁹.

11. Reafirmamos o avanço da cooperação entre nossos países em ciência e educação com o objetivo, inter alia, de nos engajar em pesquisa fundamental e desenvolvimento de tecnologias avançadas¹⁰.

A primeira reunião do bloco BRICS, para tratar de uma cooperação multilateral para o desenvolvimento da educação, foi em Paris na sede da UNESCO, em novembro de 2013. Ali os ministros da Educação dos BRICS discutiram, pela primeira vez, oportunidades para a cooperação para o desenvolvimento da educação. Nesse encontro o ex-ministro brasileiro Aloizio Mercadante, em sua primeira passagem pelo MEC, propôs a criação da Universidade em Rede.

Em julho de 2014, houve a VI Conferência de Cúpula dos BRICS na cidade de Fortaleza, Ceará. Nesse encontro, foram discutidos dois temas: da inclusão e o desenvolvimento sustentável. Nesta conferência os presidentes dos países que compõem o

BRICS assinaram nove atos de cooperação, entre acordos comerciais e intercâmbio de informações e cooperação nas áreas de tecnologia, defesa e energia.

⁸ *We support international cooperation in the field of energy efficiency. We stand ready for a constructive dialogue on how to deal with climate change based on the principle of common but differentiated responsibility, given the need to combine measures to protect the climate with steps to fulfill our socio-economic development tasks.*

⁹ *We reaffirm to enhance cooperation among our countries in socially vital areas and to strengthen the efforts for the provision of international humanitarian assistance and for the reduction of natural disaster risks. We take note of the statement on global food security issued today as a major contribution of the BRIC countries to the multilateral efforts to set up the sustainable conditions for this goal.*

¹⁰ *We reaffirm to advance cooperation among our countries in science and education with the aim, inter alia, to engage in fundamental research and development of advanced technologies.*

No dia 2 de março, de 2015, houve um encontro no Brasil entre o ex-ministro da educação Cid Gomes com os vice-ministros da África do Sul, Mduduzi Manana; da China, Yubo Du; da Índia, Satyanarayan Mohanty, e da Rússia, Alexander Klimov. Segundo portal do MEC (2015), neste dia foram discutidos a criação do programa Universidade em Rede (NU), a formação de liga universitária para promoção de projetos de pesquisa em conjuntos e a intensificação da mobilidade acadêmica de alunos, professores e pesquisadores do bloco. Também foi proposto uma agenda para detalhar os termos da cooperação multilateral, identificando as áreas de interesses comuns e as universidades com trabalho relevante na área de qualidade educacional, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e segurança nutricional, entre outras. Desse modo, foram previstos mais 3 encontros, em abril na cidade de Cuiabá, no Brasil, em maio na cidade de São Petersburgo, na Rússia, em outubro na cidade de Pequim, na China. Nesse último encontro estava previsto o lançamento da liga de universidades dos BRICS.

No dia seguinte, no dia 3 março as autoridades da educação dos BRICS voltaram a se reunir com Qian Tang, subdiretor geral da educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que trouxe um relatório¹¹ produzido pela UNESCO, denominado: “BRICS - construir a educação para futuro”, publicado em 2014.

Esse relatório propõe ações para melhorias para educação dos países membros dos BRICS. Dessa maneira, no encontro foi debatido o conteúdo do documento que a UNESCO recomendava doze áreas de cooperação para esses cinco países, visando a melhoria dos sistemas educacionais e aperfeiçoamento das habilidades dos estudantes no ensino superior, pensando em um trabalho conjunto que atendesse essas expectativas. O documento coloca em relevo que a educação profissional adotada pelos cinco países pode acarretar um desenvolvimento sustentável, um crescimento econômico e social mais abrangente e inclusivo.

Uma das preocupações do programa Universidade em Rede tem a ver com as mudanças climáticas (causadas pela emissão de gás carbônico lançado em grande quantidade na atmosfera sem completar seu ciclo), e com crescimento sustentável (que faz parte da agenda internacional

¹¹ Fonte: BRICS- Construir a educação para o futuro:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002296/229602por.pdf>

para o desenvolvimento desde a década de 90). A formalização do programa Universidade em Rede ocorreu em Moscou, na Rússia, em outubro de 2015, onde foi assinado documento de entendimento para iniciar o programa, pelos Ministros da Educação dos países compõem os BRICS.

Depois desse entendimento, no dia 9 de dezembro de 2015, o ex-ministro Aloizio Mercadante faz lançamento, na Capes, do edital do programa Universidade em Rede, projeto educacional que visa desenvolver programas de mestrado e doutorado bilaterais/multilaterais, em diversos campos de conhecimento, dentro das áreas de energia, ciência da computação e segurança da informação; estudos do BRICS, ecologia e mudanças climáticas, recursos hídricos e tratamento da poluição e economia. As atividades do programa são orientadas para a formação de profissionais que possuem habilidades para interações em um ambiente multicultural, capazes de combinar o conhecimento tradicional com a ciência e as tecnologias contemporâneas. Nesse sentido, as universidades criam um projeto¹² de pós-graduação que abarca essas modalidades para fazer parte do programa dos BRICS.

O programa da “Universidade em Rede”, com a participação de cinco países, construiu uma rede de interesses mútuos entre os pesquisadores. Mantendo as conexões através das expertises em construção, promovendo assim o que Sousa Santos (2008) denomina como “ecologia dos saberes” por meio de intercâmbio acadêmico. Numa realidade acadêmica, como outras realidades da vida social, “as interações” e as trocas de saberes são concentradas e consolidadas “quando se incrementa a comunicação” (RIBEIRO, 2014, p.9).

Em março de 2016 saiu o resultado dos projetos aprovados pela Capes, para participar do programa Universidade em Rede, onde a universidade Y foi contemplada.

O principal interesse do governo brasileiro e também dos BRICS com o programa “Universidade em Rede” é ter maior participação nos fóruns internacionais, e assim aumentar sua influência política nas relações internacionais. Esta é uma característica da Cooperação Sul-Sul, que busca maior participação nas decisões da ordem econômica mundial. Um dos meios para alcançar essa meta é buscar desenvolvimento de forma sustentável. Os pesquisadores da universidade Y aproveitaram essa oportunidade para internacionalizar a produção dos seus

¹² Disponível: <https://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/brics> acesso: 13-10-2016.

conhecimentos e também aumentar a sua rede de parcerias. Os interesses entre pesquisadores e governo são distintos, porém complementares. Os pesquisadores, para terem seu projeto aprovado e se inserir no programa dos BRICS, passaram por uma série de desafios, devido à burocratização das agências que regulamentam e aprovam as pesquisas no Brasil.

As dificuldades de formalizar uma cooperação entre as universidades

Após a aceitação do programa nos BRICS, o governo brasileiro tomou as devidas medidas para implementação da Universidade em Rede no Brasil. Isto foi levado para instituições federais que possuíam programa de pós-graduação de excelência, com nota igual ou superior a 6 na classificação da Capes (este era critério para participar do Edital) nas áreas que foram sugeridas pelo programa da Universidade em Rede.

Isto sinalizava que o programa era uma iniciativa do governo, a internacionalização partia de uma demanda governamental e não de uma iniciativa do pesquisador. O diretor das relações internacionais do projeto da universidade Y entrevistado, confirmou isso: “É uma coisa que vem de cima para baixo. O governo que quis, o governo que injetou dinheiro. Ele quer que tenha relação e assim por diante” (Jânio)¹³. É importante ressaltar que no edital da Capes destacava que as universidades deveriam demonstrar interesse para participar do programa. No caso da universidade Y, os interesses dos grupos de pesquisa já consolidados na área de energia, se articularam com os interesses da direção da instituição em projetar a universidade internacionalmente. Segundo pesquisador Aníbal ¹⁴:

“A reitora e o diretor de centro, falaram assim: O edital fecha na data “x”. A universidade queria fazer uma coisa que representasse o maior número possível de pesquisadores da área e que tivesse curso 6 notas de avaliação da Capes, em escala de 3 a 7. Então, surgiu a área de energia como possibilidade que tem pesquisadores da fitotecnia e da floresta e aqui na área de energia”.

No entanto, essa prática não era comum na universidade Y, as cooperações entre os pesquisadores com os pesquisadores estrangeiros, tem sido baseada em relações pré-

¹³ Nome fictício, diretor de relações internacionais.

¹⁴ Nome fictício, coordenador e pesquisador do projeto de bioenergia da Universidade em Rede

estabelecidas entre os pesquisadores e toda negociação era feita pelo grupo de pesquisa. Isto é bem explicitado por Assis¹⁵:

Por que na maioria das vezes não é constituída uma relação institucional forte. Das Instituições se enxergarem parceiras potenciais e trabalharem juntas. Não são as instituições, são as pessoas, as pessoas. Então o convite é pessoal para o pesquisador em função do conhecimento entre pesquisadores, não é uma ação de parceria institucional apesar de todo mundo falar que é convênio institucional.

Isto foi comprovado quando foi analisado os relatórios do órgão de relações internacionais da universidade Y. Esses documentos apresentam indícios de que os convênios e ações científicas em conjunto com as universidades estrangeiras, não garantem uma ação científica em conjunto de cooperação simétrica. A universidade Y tem um convênio com a universidade russa, *Moscow Machine Institute* desde de 1993, e também foi estabelecido em 2010 com a *China Agricultural University*, mas no relatório não consta nenhuma ação científica conjunta. Isto mostra que não havia uma cultura prévia de estabelecimento de redes entres os pesquisadores pertencentes a esse bloco com a Universidade Y.

Também neste programa apareceu um obstáculo que costuma ser recorrente na atividade científica brasileira, a fragmentação das origens de financiamento.

Então é um casamento arranjado e para você ter direito ao enxoval você tem que fazer uma concorrência fora do Arraial da Capes que é no CNPQ. O descompasso gera uma exigência de articulação muito maior de nossa parte. Porque eu preciso do recurso para viagem do Coordenador. Porque como é que eu vou fazer um casamento com uma instituição se eu não vou lá? Porque o casamento não ocorre entre reitores. O casamento ocorre entre pesquisadores, entre laboratórios. Então os convênios positivos e produtivos que a gente tem não é quando dois reitores falam que vão ser amigos. É quando dois Laboratórios trocam figurinhas, trocam estudantes, compartilham pesquisas. O orçamento brasileiro você vê que é só passagem, passagem, diária, seguro e este terceiro pessoa jurídica que é o seguro internacional. Só passagem, só viagem. E aí eu vou te dar o orçamento dos países e quantas viagens nós vamos fazer para cada um dos países. Duas para a Rússia com duas pessoas, uma pra Índia, uma pra China e uma para a África do Sul. Se você pensar é até pouco, porque eu vou lá só uma vez. Só na Rússia que eu vou duas. Então eu ter um encontro

¹⁵ Nome fictício. Pesquisador integrante do projeto de Bioenergia da Universidade em Rede

de dois dias para namoro, noivado e casamento. E o resto vai ser internet (Aníbal).

Uma das peculiaridades do projeto na Universidade Y é que os pesquisadores promoveram novo arranjo de programas, formando um novo programa de pós-graduação a ser aprovado pela CAPES. Essa peculiaridade do projeto na Universidade Y foi um dos obstáculos ao sucesso do investimento.

Apesar dessa série de dificuldades, o programa era visto como uma ótima oportunidade para internacionalizar o conhecimento científicos dos pesquisadores brasileiros. “Se esse APCN der certo com os BRICS, ótimo, mas se aparecer outros países nós iremos aceitar também. O importante é ter um programa internacional” (Jânio). Ou seja, a instituição e os pesquisadores estavam aproveitando desse programa para construir e conquistar novas parcerias, buscando assim, que seus estudos sejam lidos e creditados pelos pesquisadores estrangeiros que compõem o BRICS. Segundo Latour (1987) quando um cientista produz um artigo científico que não é lido, o conhecimento produzido cai no esquecimento, deixando de ter legitimidade no discurso da ciência e na forma com que as categorias científicas se estabelecem.

A aproximação do programa selecionado da universidade Y para integrar ao BRICS se dava de forma lenta e a manutenção era extremamente difícil, ocasionado pela falta de recurso, como foi descrito acima na fala do Aníbal, e fragmentação burocrática era um dos grandes problemas enfrentado, pois tratava de recursos e proposta para internacionalização.

Isto dá indícios de que promover a cooperação internacional é um trabalho penoso, mas pode trazer resultados satisfatórios tanto para o governo quanto para cientistas.

No decorrer do andamento do projeto o governo enfrentava uma crise política, onde a sua coalizão estava deixando o governo e entrando com um processo impeachment contra a presidenta eleita, Dilma Rousseff. Com a deposição da presidenta, foi deposto o ministro Aloizio Mercadante, dando início a uma nova fase de investimentos em ciência e tecnologia.

O fim do programa da Universidade em Rede

Em outubro de 2016, o então presidente do Brasil, Michel Temer, se pronunciou sobre o programa da Universidade em Rede, na Sessão Plenária da VIII Cúpula do BRICS – Goa. O

presidente reiterou a manutenção das negociações com o programa, mas as responsabilidades ficariam com as universidades selecionadas:

Somos países de grande capacidade científica e tecnológica. Temos instituições de ensino reconhecidas e pesquisadores destacados. A "universidade em rede" dos BRICS abre novas oportunidades de cooperação educacional. A criação de programas conjuntos de pós-graduação estreitará os vínculos entre nossas comunidades acadêmicas. Importantes universidades brasileiras estão empenhadas nessa iniciativa¹⁶.

O novo governo não teve a mesma postura que o governo anterior, pois este se imune de quaisquer responsabilidades relacionadas ao programa deixando-as para as instituições de ensino. Neste período o novo dirigente da Capes decidiu não financiar mais os projetos que participam do programa da Universidade em Rede:

As razões de não ter dado certo foi a retirada completa do apoio que tinha de nós, houve apoio financeiro até com o edital e tudo. E quando mudou o governo eles falaram que não sabiam o que fazer com aquilo, que aquilo não era mais prioridade do governo. Até ouvi duas vezes uma apresentação de um diretor presidente da CAPES, falando que ele estava sem saber como proceder com aquilo lá, porque aquilo não fazia parte da estratégia deles mais (Jânio).

No caso da universidade Y, o projeto que teve a sua primeira aprovação em março de 2016, necessitava da segunda aprovação do seu APCN na plataforma Sucupira da Capes e como o financiamento foi cortado, o coordenador desistiu de o enviar. Assim encerrando a participação da universidade Y no programa da Universidade em Rede. Segundo Jânio:

Foi gasto um tempo horrível, imenso, para fazer aquilo tudo e nem foi enviado, nem sequer foi enviado o APCN, desistiu, não vai ter financiamento mais, eles simplesmente, desistiu então”.

Registraram-se, durante o período do governo Dilma Rousseff, vários encontros com as autoridades dos BRICS (ministros da educação), se articulando para tornar o programa possível, conseguindo assim o apoio da Unesco. No entanto, quando o governo mudou, o então ministro

¹⁶ Ministério das relações Exteriores. (16 de outubro de 2016). Palavras do senhor presidente da República, Michel Temer, em Sessão Plenária da VIII Cúpula do BRICS – Goa, 16 de outubro de 2016. Fonte: Ministério das relações Exteriores:

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistascategoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/14944-palavras-dosenhor-presidente-da-republica-michel-temer-em-sessao-plenaria-da-viii-cupula-dobrics-go-16-de-outubro-de-2016>

da educação Mendonça Filho, do governo Temer não registrou nenhum encontro com o BRICS para tratar do programa. Acrescenta-se o fato de que o cancelamento do financiamento não foi comunicado ou justificado em nenhuma nota no portal de notícia do MEC. Na esteira da Emenda Constitucional 95, de cortes de orçamento para os investimentos primários, do enxugamento do orçamento destinado à ciência e tecnologia e da prioridade dos intercâmbios norte-norte, percebe-se que o fim do programa foi uma decisão política. De acordo com Guimarães (1998, p.112).

O cenário internacional, com que se defrontam qualquer sociedade, Estado e governo, organiza-se em torno de estruturas hegemônicas de Poder, político e econômico. Essas estruturas, resultado de um processo histórico, beneficiam os países que as integram e têm como principal objetivo sua própria perpetuação.

Os investimentos em internacionalização da C&T neste governo então passaram a ser feitos através do edital do programa *print*, que tem como um dos objetivos financiar projeto de pós-graduação internacional. A internacionalização com os BRICs deixa de ser fomentada diretamente. Na visão de Assis, com as eleições de 2018, o *print* pode ser cancelado por causa de eminente mudança de governo.

Eu acho que é uma estratégia, não sei se pode dar em burros nágua. Você viu que as coisas aqui, às vezes, igual BRICS estava um negócio, depois muda de governo muda tudo de novo, pode acontecer isso, só que a gente, como a gente estar no barco aqui, a gente tem que fazer. Se a gente pega, a gente não leva nada. É caso do BRICS, é caso de ciências sem fronteiras, fica sendo nesse caso também. Pode ser que chegou um dinheiro e já no próximo governo lá, será em março, como atual governo e cancele tudo, pode acontecer isso, mas a gente não pode de deixar de entrar, se não a gente fica para trás e perde tudo” (Jânio).

Considerações finais

A partir desta investigação identificamos indícios que corroboram as seguintes hipóteses: na realidade brasileira, onde o governo brasileiro é principal apoiador de financiamento da pesquisa e do ensino, a decisão política e mudança de governo afetam não apenas o orçamento das agências de pesquisa, mas a continuidade de programas nos quais já se fez significativo investimento, como foi o caso do programa da Universidade em Rede. As mudanças de governo trazem uma preocupação para pesquisadores, pois isso os colocam numa

situação de desconfiança, eles não sabem se governo continuará mandando recursos para manutenção dos projetos.

Em segundo lugar, há evidências suficientes de que houve no governo do presidente Temer uma diferença de rumo significativa em relação ao governo Dilma, no que se refere à cooperação internacional em ciência e tecnologia. A Universidade em Rede dos BRICS que tinha o objetivo de atender uma agenda internacional de desenvolvimento, poderia levar os países do bloco a ter uma maior participação nos fóruns internacionais e incrementar as relações sul-sul. Particularmente, na Universidade Y o programa poderia atender os objetivos dos pesquisadores da universidade da zona de mata em ampliar as suas redes internacionais.

Outro elemento importante a se pensar foram a dissonância no processo burocrático de administração de recursos, com financiamentos em diversas fontes para que se fizesse uma ação somente, como a divisão CNPQ e CAPES, acabando por subutilizar os recursos investidos.

Percebe-se que o Brasil dos governos do Luiz Inácio Lula Da Silva e da Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) fomentaram uma certa autonomia e independência tecnológica através de uma relação mais estreita com os países pertencentes ao bloco dos BRICS. Porém o Brasil do governo peemedebista Michel Temer acabou por distanciar-se desse horizonte ao retormar as relações de cooperação norte-sul.

Referências bibliográficas

CARRION, Rosinha da Silva Machado; ULLRICH, Danielle Regina: **A Atuação do Brasil na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: o desafio do compartilhamento de saberes.** Desenvolvimento em Questão, vol. 10, núm. 20, 2012, pp. 4-27. Editora: Unijuí - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia.** Rev. bras. polít. int. vol.41 no.1 Brasília Jan./June 1998.

KLEMING, Mariana Costa Guimarães: **Ausência de Condicionalidades e outros Princípios em Cooperação Sul-Sul Brasileira para o Desenvolvimento Econômico: Motivações, Interesses e Perspectivas.** Dissertação (dissertação de relações internacionais) – Programa de Pós-graduação no Instituto de relações internacionais. Universidade de Brasília (UnB). Brasília 2014.

LATOUR, Bruno. **Science in Action.** Cambridge: Harvard University Press, 1987.

MILANI, Carlos R.S: **Evolução Histórica da Cooperação Norte-Sul**, p.33 a 56. In: SOUZA, André de Mello e (Org). Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. IPEA. Brasília. 2014.

PINHEIRO, Cláudio Costa: **BRICS nas Ciências Sociais: Para que que serve? Modernidade, desenvolvimento e suas geografias imaginárias**, p.175 à p.204. In: RIBEIRO, Lins Ribeiro; DWYER, Tom; BORGES, Antonádia; VIOLA, Eduardo (Org): Desafios sociais, políticos e culturais dos BRICS. São Paulo. ANPOCS. 2014.

PINO, Bruno Ayllón: **Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS)**, p.57 à p.88. In: SOUZA, André de Mello e (Org): Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. IPEA. Brasília. 2014.

PINTO, Denis Fontes de Souza: **OCDE: uma visão brasileira**. Editora, Instituto Rio Branco. Brasília. 2000

SOUZA, André de Mello e: **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**, p. 11 a p.32 In: SOUZA, André de Mello e (Org): Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. IPEA. Brasília. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: por uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

STUENKEL, Oliver: **BRICS e o futuro da ordem global**. Editora: Paz & Terra. 1ª ed. - Rio de Janeiro/ São Paulo. 2017.